



Aos dezassete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, realizou-se, pelas dezasseis horas e vinte e cinco minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Paulo Alexandre da Cruz Lopes e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva.

O Sr. Vereador Jorge Manuel Lampreia Patrício esteve presente em substituição do Sr. Vereador Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de identidade e legitimidade de membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

O Sr. Fernando Miguel Catarino José esteve presente em substituição da Sra. Vereadora Sandra Marina Frota Gomes, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de identidade e legitimidade de membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 e 4.

O Sr. Vereador Fernando Manuel Monteiro esteve presente em substituição do Sr. Vereador Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de identidade e legitimidade de membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 5 e 6.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do Artigo 24.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do Artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.

### **Índice**

#### **A) Período de Antes da Ordem do Dia**

- 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
- 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**

#### **B) Período da Ordem do Dia**

- 1. Deliberação n.º 26/21 – Proposta n.º 01/2021 – GAP – Medidas de Apoio ao Comércio Local – Covid - 19 – Ratificação do Despacho n.º 12/2021, de 19 janeiro.**
- 2. Deliberação n.º 27/21 – Proposta n.º 04/2021 – DAF/DICONT/SECONT – Candidaturas no âmbito do FEDER relativas a remoção de amianto nos edifícios escolares – Afetação de conta bancária.**
- 3. Deliberação n.º 28/21 – Proposta n.º 05/2021 – DAF/DICONT/SECONT – Candidatura “PEPAL 2” no âmbito do FSE – Afetação de conta bancária.**
- 4. Deliberação 29/21 – Proposta n.º 06/2021 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 13/2020/DAF/DICOMP/SECOMP, com publicação no jornal oficial da união europeia (JOUE), para a “Concessão da gestão, exploração,**

- manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública à superfície na cidade de Setúbal e constituição do direito de superfície em subsolo para a conceção, construção em exploração de 2 parques de estacionamento no subsolo na cidade de Setúbal” – Adjudicação.*
5. *Deliberação n.º 30/21 – Proposta n.º 07/2021 – DAF/DICONT – 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 1.ª ao Orçamento da Despesa e 1.º ao Plano de Atividade Municipal e 1.ª ao Plano Plurianual de Investimento - Ratificação do Despacho n.º 15/2021.*
  6. *Deliberação n.º 57/21 – Proposta n.º 8/2021 – DAF – Covid 19 – Moratória dos Empréstimos.*
  7. *Deliberação n.º 31/21 – Proposta n.º 05/2021 – DCIRT/DITUR/GAPE – Protocolo de cooperação a celebrar entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Associação Tempos Brilhantes no âmbito do desenvolvimento projetos de inovação social.*
  8. *Deliberação n.º 32/21 – Proposta n.º 01/2021 – DURB/DIMOT – Suspensão dos Serviços de Estacionamento Tarifado na cidade de Setúbal – Ratificação.*
  9. *Deliberação n.º 33/21 – Proposta n.º 02/2021 – DURB/GAPRU – Alteração à delimitação da Área de Reabilitação Urbana Setúbal.*
  10. *Deliberação n.º 34/21 – Proposta n.º 03/2021 – DURB/GAPRU – Alteração à delimitação da Área de Reabilitação Urbana Azeitão.*
  11. *Deliberação n.º 56/21 – Proposta n.º 04/2021 – DRH/DIGAT – Processo disciplinar n.º 10/2020 – DRH/DIGAT/GC/SS – Contra Armando Miguel Gonçalves Figueiredo dos Santos.*
  12. *Deliberação n.º 35/21 – Proposta n.º 01/2021 – GAF – Aditamento à proposta 2A/GAF/2017 – Contrato Interadministrativo entre o Município de Setúbal e a Freguesia de Azeitão.*
  13. *Deliberação n.º 36/21 – Proposta n.º 02/2021 – DOM/DIHAB/SEGAH – Venda de habitação pública municipal, Bairro da Bela Vista – Rua do Moinho, 11 – C61.*
  14. *Deliberação n.º 37/21 – Proposta n.º 03/2021 – DOM/DIHAB/SEGAH – Venda de habitação pública municipal, Bairro da Bela Vista – Rua do Antigo Olival, 5 – D31.*
  15. *Deliberação n.º 38/21 – Proposta n.º 11/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e o Coral Infantil de Setúbal.*
  16. *Deliberação n.º 39/21 – Proposta n.º 12/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a 50 Cuts – Associação Cinematográfica.*
  17. *Deliberação n.º 40/21 – Proposta n.º 13/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Academia de Dança Contemporânea de Setúbal.*
  18. *Deliberação n.º 41/21 – Proposta n.º 14/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e Disrupção – Associação Cultural.*
  19. *Deliberação n.º 42/21 – Proposta n.º 15/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Cultural Casa Invisível.*
  20. *Deliberação n.º 43/21 – Proposta n.º 16/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração com a Associação Cultural Festroia no âmbito do Film Fest – Festival de Cinema Musicado ao Vivo.*
  21. *Deliberação n.º 44/21 – Proposta n.º 17/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Cooperação: Associação Cultural TOMA – Teatro Oficina Multi Artes.*
  22. *Deliberação n.º 45/21 – Proposta n.º 18/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a ZDB.*
  23. *Deliberação n.º 46/21 – Proposta n.º 19/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolos de colaboração – Academia de Música e Belas-Artes Luísa Todi, Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense.*

24. **Deliberação n.º 47/21 – Proposta n.º 20/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e as Bandas Filarmónicas: Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense; Sociedade Filarmónica Providência e Sociedade Musical Capricho Setubalense.**
25. **Deliberação n.º 48/21 – Proposta n.º 21/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Cultural do Conservatório Regional de Setúbal, Coral Luísa Todí.**
26. **Deliberação n.º 49/21 – Proposta n.º 22/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolos de Colaboração entre o Município de Setúbal e os Grupos Corais Alentejanos “Os Amigos do independente” e “Os Amigos dos Sadios”.**
27. **Deliberação n.º 50/21 – Proposta n.º 23/2021 – DCDJ/DICUL – Apoio Financeiro ACTAS – KIT Fábrica dos Sonhos.**
28. **Deliberação n.º 51/21 – Proposta n.º 01/2021 – DES/GABS – Aceitação de doações – Natal Solidário 2020.**
29. **Deliberação n.º 52/21 – Proposta n.º 02/2021 – DES/DIAPE – Apoio Financeiro aos Agrupamentos de Escolas para Aquisição de Material de Desgaste referente ao ano 2020/2021.**
30. **Deliberação n.º 53/21 – Proposta n.º 03/2021 – DES/DIAPE – Apoio Financeiro aos Agrupamentos de Escolas, no âmbito da Ação Social Escolar – Visitas de Estudo, para o ano 2020/2021.**
31. **Deliberação n.º 54/21 – Proposta n.º 04/2021 – DES/DIAPE – Apoio Financeiro aos Agrupamentos de Escolas do Concelho para despesas de funcionamento – Manutenção e Reparação de Equipamentos de Cozinha, referente ao ano 2020/2021.**
32. **Deliberação n.º 55/21 – Proposta n.º 05/2021 – DES/DIAPE – Apoio Financeiro no âmbito da Ação Social Escolar (Refeições, Atividades de Animação e de Apoio à Família) no ano letivo 2020/2021.**

## **A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

### **1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)**

- a) Foi dado conhecimento dos mapas relativos aos despachos proferidos pela Sra. Presidente no âmbito do seu Gabinete, do Departamento de Administração Geral e Finanças e Urbanismo (licenciamentos), conforme documentos anexas arquivados em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8 a 10.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente no âmbito do Departamento de Recursos Humanos, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 11.

### **2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia**

**Sr. Vereador Fernando Monteiro** – Disse que queria colocar uma questão, aliás, fazer uma referência a uma inauguração recente, que tinha a ver com o novo terminal na Várzea. Não podia deixar de achar estranho que se tivesse feito uma inauguração de uma obra que ainda não estava totalmente concluída. Pelo que tinha percebido, nem a eletricidade ainda tinha ligada, porque estava lá um gerador em funcionamento que presumia que fosse provisório. As passeiras iam dar a zonas de terra e não existiam passeios. As pessoas tinham que circular pela própria via, principalmente se estivesse a chover muito porque a parte da terra não estava em condições de se circular nela. Para além disso, também gostava de saber se

iam ser feitos estacionamento naquele local, para as pessoas poderem estacionar os carros, ou se não ia haver estacionamentos.

Não podia deixar de fazer referência àquela obra, que lhe parecia uma obra que não servia muito bem os interesses dos setubalenses, no sentido de que não tinha condições. Tinha estado lá a ver e, por acaso, não tinha sido num dia de chuva, mas estava convencido que, num dia em que chovesse bastante ou chovesse muito, as pessoas não tinham abrigos. Aqueles abrigos eram insuficientes e pequenos. As pessoas não estavam protegidas e, com certeza, iam estar à chuva, à espera dos autocarros.

Estavam à espera de algo que servisse melhor a população e, sinceramente, tinha ficado muito desiludido com a obra que ali tinha sido feita, porque estava à espera de um terminal que, pelo menos, proporcionasse proteção às pessoas, quer em dias de chuva, quer em dias de sol e isso não se verificava.

Também gostaria de saber qual era o uso que ia ser dado àquele parque, porque se ouvia falar de muita coisa e, àquilo que ia ouvindo, nomeadamente nas redes sociais, não dava grande importância, a grande parte das coisas que eram publicadas. Por isso, gostaria de saber, pela Câmara, qual ia ser o uso, se, de facto, era um uso temporário, se era um uso definitivo, se ia ser usado por muito tempo, se ia ser usado só até estar concluído o outro terminal, junto à Praça do Brasil. Tinha dúvidas quanto a isso. Se fosse, como se dizia, que não acreditava, que seria apenas um uso de 2 meses, então achava um desperdício o custo daquela obra para ser usada por 2 meses. Sinceramente, não acreditava que isso fosse verdade. Portanto, gostaria de pedir esses esclarecimentos sobre essa obra.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que, em primeiro lugar, queria aproveitar a oportunidade - apesar de, eventualmente, por aqueles dias, não ser politicamente correto -, na primeira oportunidade que tinha publicamente, de fazer uma referência ao trabalho desenvolvido ao longo dos últimos 4 anos pela Dra. Natividade Coelho, enquanto diretora do Centro Distrital da Segurança Social de Setúbal.

Independentemente dos factos que, seguramente, seriam apurados e da conclusão do inquérito em curso, face à condenação pública e política de que tinha sido alvo - isso comprometia-o apenas a ele e aos vereadores que se quisessem associar, obviamente -, queria reafirmar o seu apreço pelo trabalho desenvolvido pela Dra. Natividade e pela sua equipa durante aqueles 4 anos e meio, sensivelmente.

Em consciência, tinha que deixar esse registo. Quanto ao resto, dos factos cada um teria a sua opinião. Não ia entrar nessa discussão, mas pensava que aquela saída não podia eliminar o trabalho que tinha sido feito durante esse tempo.

Sobre a Quinta da Comenda, continuavam a chegar vários relatos - que, em visita ao território, eram visíveis, eram constatáveis -, de que continuavam a colocar novas vedações e, à partida, a sua implantação parecia muito abusiva, nomeadamente na estrada que ligava a Estrada Nacional 10 ao Parque de Merendas da Comenda, aquela estrada estreita que atravessava a quinta. As vedações estavam colocadas bem para além da vedação antiga, abrangendo, inclusivamente, as valetas do escoamento das águas da estrada. Havia algumas situações em que era quase impossível passarem dois carros um lado do outro e os postes estavam colocados quase mesmo ao pé do alcatrão.

Queria saber se a Câmara Municipal já tinha conhecimento dessa situação e se já tinha feito deslocar ao local alguns técnicos, para aferirem da legalidade daquela situação, se estavam a cumprir com o respeito da colocação da vedação nas distâncias mínimas ao eixo daquela via e quais eram as medidas que tinham sido adotadas, caso não estivessem a ser cumpridas essas medidas mínimas.

Um terceiro ponto tinha a ver com a construção das coberturas que tinham começado na Praça do Bocage. Não conhecia o projeto. Não tinham tido acesso ao projeto e gostariam de ter acesso ao mesmo. Por isso, solicitavam, se fosse possível, que o projeto lhes fosse entregue em base digital. Sabiam que tinha sido entregue uma petição na Assembleia Municipal. Pelo menos, os serviços tinham feito chegar, pensava que a todos os partidos, essa petição, para ser discutida. Portanto, era importante terem acesso a esse projeto.

4

Aquilo que queria deixar naquele momento - desconhecendo o impacto que o projeto iria ter, ou não, naquela zona - era a oportunidade do "timing" de fazer aquela intervenção, uma intervenção de 240 mil euros, uma estrutura que ia estar pronta em agosto, num ano em que dificilmente iria ter uma utilização intensiva, por via das restrições da pandemia que íamos ter, dadas as dificuldades de tesouraria da Câmara Municipal de Setúbal, com o aumento das despesas e a diminuição das receitas. Pensavam que era um daqueles investimentos que não deveriam ser prioritários, mas gostariam de ter acesso ao projeto, para, depois, poderem ter uma posição sobre o mesmo.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que só queria deixar, também, umas palavras e associar-se àquilo que tinha sido dito pelo Vereador Paulo Lopes relativamente à Dra. Natividade Coelho. Enquanto dirigente associativo, enquanto representante da União das Mutualidades Portuguesas na Plataforma Supraconcelhia, queria dizer que a relação que tinha tido, pessoalmente, enquanto representante nessa plataforma, com a Dra. Natividade Coelho, o Instituto da Segurança Social e toda a equipa que fazia parte da Segurança Social de Setúbal, tinha sido sempre de um trabalho profícuo e cooperante. Não podia deixar de realçar isso.

Os julgamentos na praça pública valiam aquilo que valiam e não se associavam a isso. Associavam-se, sim, àquilo que era o trabalho realizado e aquilo que tinha sido o trabalho realizado pela Dra. Natividade Coelho. Portanto, o julgamento seria feito mais tarde e aguardariam, mas também tinha que deixar aquelas palavras.

Também queria deixar uma nota para que, se os serviços pudessem, passassem na rua que ligava a Avenida dos Ciprestes à Avenida Paula Costa. Quando se descia do Alegro e se virava à esquerda, havia um candeeiro da iluminação pública que estava derrubado havia mais de duas semanas e que continuava ligado. Estava deitado, mas continuava com luz, com corrente, e podia ser um perigo para os transeuntes. Embora confinados, muita gente passava ali, à volta do novo espaço urbano, de jardim, a passear e podia ser um perigo para alguém, se se encostasse àquela estrutura. Era só.

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** – Disse que era só para dar a informação de que a EDP já tinha sido notificada dessa questão, por várias vezes. Inclusivamente, na quinta-feira anterior tinham tido uma reunião com eles. Aquilo que lhes tinha sido dito tinha sido que, como estavam à espera que a polícia lhes fizesse o acompanhamento para poderem retirar o poste da via pública, tinham que esperar que essa disponibilidade de gratificados fosse dada por parte da polícia, para, depois, poderem remover o candeeiro. Isso já lhes tinha sido comunicado na quinta-feira anterior, portanto, faria no dia seguinte uma semana.

Isso, realmente, provava como as questões relacionadas com a via pública e, nomeadamente, com a EDP - e com outras empresas que faziam trabalhos na via pública - se complicava bastante. Portanto, iriam continuar a insistir e estavam a acompanhar, mas era esse o ponto da situação.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Disse que tinha pedido a palavra para expor uma situação que lhes tinha sido colocada pelo senhor Coordenador da "Task Force" para o Plano de Vacinação COVID-19 e as questões do plano de vacinação, naturalmente no respeito por aquilo que tinha sido o seu trabalho e no respeito institucional do que tem sido o trabalho de quem, no contexto atual, tinha que gerir uma situação muito complexa, muito complicada.

Sem entrar em populismos, havia aspetos dessas intervenções e dessas responsabilidades que um órgão como a Câmara Municipal de Setúbal não podia passar ao lado e não podia ignorar. A Câmara Municipal de Setúbal, havia umas semanas, tinha recebido uma solicitação, por parte da direção do Agrupamento de Centros de Saúde Arrábida - naturalmente, não por iniciativa da sua direção executiva, mas cumprindo orientações que eram as orientações da Saúde -, para que a Câmara Municipal de Setúbal identificasse e organizasse e apoiasse um espaço para a vacinação. E, a Câmara de Setúbal, como outras câmaras do país, com outras câmaras desse ACES, encontraram espaços, organizaram

espaços, criaram as condições, de acordo com os critérios definidos e que lhes tinham sido solicitados e por aí fora.

Entretanto, tinham recebido uma carta do senhor Coordenador da “Task Force”, datada de 15 de fevereiro, em que parecia que vivíamos num outro momento e que, em determinada altura, referia o seguinte: *“É importante realçar a informação que, de alguma forma, já vem sendo veiculada pelo Ministério da Saúde, relativamente ao desfasamento entre o número de vacinas contratado e o verdadeiro número de vacinas que tem vindo a ser entregue. O resultado desta realidade, que nos é alheia e que estamos em crer deverá começar a desvanecer-se no início do seu 3.º trimestre deste ano, materializa-se, no imediato, no limiar das expectativas criadas quanto ao número de doses de vacinas a disponibilizar, que, em consciência, dificilmente ultrapassará 1 milhão de doses daqui até ao fim de março.*

*Nesta perspetiva e não desvalorizando a evidente e generosa vontade de fazer bem, estamos em crer que a recente edificação por algumas autarquias de centros de vacinação rápida e massiva, cujo padrão ainda está a ser refinado pela DGS e pela “Task Force”, e para o qual todos os contributos serão, a seu tempo, bem-recebidos, é passível de criar, na ótica da “Task Force” e face à referida escassez de vacinas, expectativas infundadas da população.*

*Estou, no entanto, plenamente consciente de que esse tipo de solução será, certamente, necessário num futuro próximo, mas edificado num processo coordenado, controlado e gradual, à medida das necessidades, envolvendo todas as entidades competentes.”*

Com todo o respeito, não sabia quem é que mandava na saúde em Portugal, se era o senhor vice-almirante, se era a senhora Ministra da Saúde. Quem é que era?

O Município de Setúbal, como o conjunto dos municípios, tinha sido contactado pelas estruturas de saúde, para criar exatamente essas estruturas, com os critérios e as definições técnicas que lhes tinham sido solicitadas, fora do âmbito das suas competências, e vinha esse senhor com uma conversa a dar a entender que as câmaras municipais, incluindo a de Setúbal, que tinham criado esses espaços, estavam a criar falsas expectativas e a perturbar o desenvolver do processo de vacinação da população.

Era importante que ficasse muito claro que a Câmara Municipal de Setúbal dava o apoio e dava todos os apoios e cumpria com todos os critérios daquilo que não era da sua competência, mas respondendo àquilo que eram as solicitações por parte de saúde e, portanto, na saúde que se entendessem sobre o que queriam e o que não queriam. Agora, não procurassem passar um problema de dificuldades concretas, que o Estado Português, através do seu Governo, tinha tido na disponibilização, através dos compromissos que tinha assumido relativamente à vacinação e ao processo de vacinação, para uma atitude precipitada - que diria que era o que estava subentendido sob essas palavras -, de alguma forma populista, de as câmaras municipais quererem fazer mais do que o que lhes era devido, num tempo que lhes era devido e nas competências que não lhes eram devidas. Era um desabafo, era um protesto, enquanto autarca. Nenhum autarca deste país podia receber nem podia admitir essas observações.

Mais, vinha o senhor coordenador colocar e pedir e dizer que a câmara poderia fazer, de facto, coisas que não sabia qual era a câmara do país que podia fazê-las, tendo em conta - parecia-lhe que, de forma adequada - as câmaras municipais não tinham acesso às listas dos utentes ou dos munícipes que seriam chamados pela saúde para serem vacinados. Portanto, que se entendessem naquilo que era a colaboração que as câmaras municipais deviam fazer - e as autarquias, em geral, as juntas de freguesia também -, sobre transportes de pessoas e contactos com pessoas que, por problemas de iliteracia, tinham muita dificuldade em entrar no sistema ou, então, esse tipo de cartas, passando a bola para outros ou como que dando um determinado ralhete - não sabia se era do estilo militar, que era uma instituição que respeitava muito -, achava que ficava mal e que não deviam ser aceites por nenhum autarca deste país.

**Sra. Presidente** – Disse que Vereador Fernando Monteiro tinha colocado uma questão que, de facto, era de algum contrassenso. Primeiro, tinha dito que não ligava às redes sociais, mas, depois, tinha dito que sabia que tinha havido a inauguração do terminal da Várzea. Não

4

sabia que terminal era esse, porque não tinha sido convidada para inauguração nenhuma. Não ligava às redes sociais, mas, depois, tinha dito que tinha havido a inauguração e não sabiam que tinha havido.

Também não tinha sabido que tinha havido inauguração. Sabiam que estava lá a obra, mas não tinha havido inauguração.

Se não ligava às redes sociais, quem é que o tinha informado que tinha havido inauguração? Não ligava a tudo, mas tinha ligado àquela.

Também não tinha sabido da inauguração. Por acaso, não sabia. Tinha lá ido ver a obra, porque, de facto, tinha havido o concurso metropolitano dos transportes e os TST tinham expectativa de ficar no município e, à última da hora, tinham recebido ordem da Alemanha, salvo erro, de que não deviam concorrer a um dos pacotes. Esse pacote tinha Setúbal e, não concorrendo a esse pacote, tinham ido a outros pacotes de outros municípios da rede e tinham ficado com Almada. Não sabia se tinham ficado com parte do Seixal, mas com Almada tinham ficado.

De repente, tinham-se visto impossibilitados de carreiras externas com quem eles tinham contratualizado, por exemplo, coisas que vinham de Espanha, coisas que vinham do sul do país. De repente, tinham achado cortar isso, estavam a substituir, até com o novo operador, que ia operar num Interface de Setúbal. Era assim que estava a ser coordenado, com a Câmara Municipal, junto à rede ferroviária, na Praça do Brasil. Esse, sim, é que era o Interface para o operador novo. Todos estavam em crer que seriam os TST, porque eles estavam a fazer muita questão para ficarem em Setúbal, mas, depois, nesse rearrumo que tinha havido ao nível metropolitano, tinham ficado outros de que não se lembrava o nome, que eram espanhóis.

A Arriva, que era dos TST, tinha ido parar a Almada. De qualquer modo, tinham-lhes pedido para fazer em Setúbal um espaço provisório, que não era para 2 meses, podia ir até 6 meses ou até um ano, para as tais carreiras e para ir criando desabituação nas pessoas, em relação ao funcionamento daquele transporte. Essa obra tinha sido paga por eles, não tinha sido paga pela Câmara Municipal. Tinham cedido aquele espaço municipal e a obra era toda deles, portanto, toda dos TST, não era da Câmara Municipal.

Mais, os TST, em contrapartida, tinham oferecido os candeeiros para colocar na Várzea. Íamos adjudicar o trabalho, mas as peças, em si, já estavam, até, nos nossos serviços. Tinham sido oferecidas por eles e nós íamos fazer um espaço de estacionamento, que tinha sido adjudicado recentemente ou estava em concurso. Tinha sido feito pelos nossos serviços, rapidamente, um projeto para apoio às pessoas que iriam utilizar aquele serviço e punham lá os seus carros e, também, para apoio àqueles campos que estavam na Varzinha, dos Pelézinhos. Para apoio a esses campos estavam a fazer um parque de estacionamento, que ia ser feito na parte de cima. Também ia ser arranjado o separador entre o espaço que ia servir para os TST e a estrada. Naquela fasquia ia ser feita um passeiozinho. Aquilo ia ficar tudo arranjado, porque tinham visto que os TST, de facto, tinham pago aquilo tudo, tinham feito aquilo tudo muito bem feito e diziam: *“Pois, nós vamos embora. Se quiserem, façam vocês o estacionamento”* e, nós: *“Sim, senhor, vamos fazer o estacionamento, porque isto fica já de apoio provisório ao funcionamento destas carreiras, que são mais interurbanas, e, depois, aos parques.”* Tinha sido isso.

O uso do parque era esse, não era de 2 meses, podia ir até um ano. Eles estavam a tentar arranjar soluções alternativas e a ver, também, como é que ia funcionar o Interface, para ver se podiam lá caber algumas carreiras dessas, que iam desaparecer. Havia outras que se iam manter, mais as que vinham de Espanha. Íam ver se, quando o Interface estivesse feito, com a utilização do novo operador, se cabiam lá algumas dessas carreiras. Por isso é que eles estavam a dar esse tempo, para Setúbal não ficar pendurada.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que queria fazer uma correção, porque o protocolo que tínhamos assinado não dizia até um ano, dizia até 8 anos. Portanto, o provisório...

**Sra. Presidente** – Disse que o provisório podia ir até um ano, segundo os TST. Diziam que iam ver, mas não era para ficar definitivo. Eles sabiam disso. Tínhamos um Interface e, depois, aquilo ficava ali muito coxo.

Aquilo tinha que ter uma outra cobertura, como tinha dito e bem. Ainda por cima, quando lá tinha ido ver a obra estava a chover e tinham reparado que tinham posto os abrigos dos passageiros virados para o sul quando deveriam estar ao contrário. As pessoas levavam com muito mais chuva e tinha dito: *“Então, mas as pessoas, aqui, molham-se”* e tinham-lhe respondido: *“Pois é, isto devia estar ao contrário.”* Eles ainda iam estudar a mudança daquilo, mas era uma obra deles. Por acaso, tinha calhado estar a chover e tinha-se visto esse pormenor. Eles já tinham visto, mas tinha chamado a atenção e tinha dito: *“Isto aqui não está bem, porque as pessoas levam uma molhada.”* Portanto, aquilo era para ficar muito tempo e tinha que ter um outro nível de cobertura entre os abrigos, para quando uma pessoa passava de um para outro.

Em relação à Quinta da Comenda, também tinham tido muita gente fora de serviço, porque o COVID *“tinha batido.”* Naquele dia já só tinham 13 pessoas infetadas, o que, em 1600, era muito bom. A Câmara tinha 13 pessoas infetadas e 24 em confinamento, mas tinham estado numa altura um bocado puxada. Tinha sido geral e, portanto, tinham tido pouca gente ao serviço.

Já tinha chamado a atenção e já lá tinha ido ver os postes junto à estrada. Tinha chamado a atenção do advogado da Seven, que tinha dito que estava tudo dentro dos limites e dentro das medidas: *“Está bem, então vamos ver, agora, com os nossos serviços.”* Os nossos serviços ainda não tinham ido lá fazer essas medições, exatamente porque tinham tido muito pouca gente ao serviço e muita gente que estava em teletrabalho estava a voltar, para verem como é que aquilo estava.

Quanto ao projeto das palas, era estranho que a oportunidade dos investimentos fosse só para este município, não fosse, também, para os municípios do Partido Socialista, que estavam a fazer muitos investimentos, como sabia, de muitos milhões. Portanto, era estranho que só reparasse nos investimentos em agosto para Setúbal, mas não reparasse nos investimentos de milhões para os municípios do Partido Socialista. Era estranho, mas, pronto, fazia parte.

Relativamente a esse projeto, estava aprovado havia cerca de 2 anos. Já tinha tido concurso público e tinha-se arrastado um bocado. Já era para estar pronto no Natal passado, mas a empresa também tinha tido dificuldades com o COVID, em virem materiais de Espanha, em ter pessoas em confinamento. Depois, também não tinha havido a feira de Natal e aquilo já era para ficar com a feira de Natal por baixo e, se não ia haver feira de Natal, tinham algum tempo. Portanto, tinha ido descambando e tinha saído agora. Era uma oportunidade de reabilitar aquele espaço muito melhor do que tinha reabilitado o Partido Socialista, quando tinha lá posto a Pizza Hut.

Não sabia se alguém tinha feito um abaixo-assinado quando se tinha lá posto a Pizza Hut ou se tinha havido discussão na Assembleia Municipal quando lá a tinham posto, sobre se aquilo era uma boa opção para aquele espaço. Tinha lá estado o Café Central e, depois, a Pizza Hut. Portanto, eram movimentações político-partidárias que compreendiam e que respeitavam. Já tinha recebido o abaixo-assinado e já o tinha lido. Era uma opção política, como todas as outras opções políticas que tinham tido no município. Achava que era uma boa opção e, portanto, as pessoas iriam julgar essa opção, não era por se estar a fazer o início de uma obra já estarem a fazer um abaixo-assinado, como se fosse um atentado urbanístico que lá se ia fazer. O atentado urbanístico tinha acontecido quando lá tinham posto a Pizza Hut. Esse é que tinha sido um atentado urbanístico.

Como tinha dito, esse investimento estava previsto havia mais de 2 anos e tinha tido concursos e mais concursos. Um tinha ficado deserto e, depois, até ganhar aquela empresa, já andavam naquilo desde o ano anterior. Com assinatura do contrato, isto e aquilo, tinha sido até àquele momento, com muita pena sua, como podia imaginar. Já gostaria de ter aquilo pronto há uma data de tempo.



Quanto à Avenida dos Ciprestes, a Vereadora Carla Guerreiro já tinha respondido. Já tinham tido uma reunião com a EDP, para chamar a atenção dessa e doutras falhas da EDP e a EDP tinha dito que não podia tirar o candeeiro – passava lá todos os dias e já se estava a passar com aquilo, porque estava perigoso -, porque eram obrigados a estar acompanhados pelas forças de segurança durante a obra, mesmo que aquilo não tivesse nada que ver com a via pública, porque podiam ir por dentro. Nem sequer era preciso uma barquinha, porque aquilo não estava em pé, estava deitado, estava inclinado e não era preciso estar a tirar.

De qualquer modo, ou eles iam desligar ou, no dia seguinte, punha lá um cartaz, para dizer isso mesmo, que a responsabilidade daquilo era deles e da PSP, se acontecesse alguma coisa. Uma pessoa qualquer, como um idoso ou uma pessoa que fosse a passar podia desequilibrar-se, cair em cima daquilo e estava feito. Com data marcada, tinham que lá ir desligar, pelo menos, mesmo que não tirassem, porque era verdade, aquilo estava tudo descarnado.

Relativamente à “Task Force”, isso revelava a falta de organização, a desorientação em que o Governo, nos últimos tempos, tinha gerido aquela questão, uma questão muito importante que tocava a todos. No princípio, diziam: “*Isto não é fácil*”, mas já tinha passado esse “*isto não é fácil e coitados e coitados, isto é fácil, isto não dá.*” Aquilo era muito mais grave.

Além daquilo que o Vereador Ricardo tinha colocado, dessa carta, tinha recebido uma outra carta, para dizer que as pessoas só tinham vacina a partir de abril, para não dizerem às pessoas que era antes, era só a partir de abril.

Nunca tinham dito nada a ninguém. O Governo é que tinha dito e não tinha cumprido. Mais, o Governo é que tinha dito: “*Ajudem-nos a criar soluções, espaços para as pessoas serem vacinadas.*” O Governo é que tinha como gestor dessa “Task Force” uma pessoa que não sabia se vinha da parte do Ministério da Saúde ou se era ele, pessoalmente, que tinha anticorpos com as farmácias e, portanto, tinha decidido: “*Nada de vacinação nas farmácias.*” Não havendo vacinação nas farmácias, quando as pessoas comessem todas a ser vacinadas os centros de saúde não seriam suficientes. Portanto, para ser mais rápido, os municípios que ajudassem, porque não havia farmácias para ninguém. O município tinha gasto cerca de 70 mil euros, entre as divisórias e aquele equipamento todo que lá estava. Tinha sido o município que tinha comprado, não tinha sido o Governo que tinha pago.

Era evidente que, naquele momento, com outro, aquilo estava às moscas, porque as vacinas não chegavam. Já tinham vacinado quase todos os lares, as vacinas eram administradas nos lares. Já tinham tido surtos em 23 lares. Naquele momento, tinham surtos em 9 lares, mas, nos outros todos, estava tudo vacinado e, naqueles, também já algumas pessoas estavam. Faltavam 8 pessoas nos nossos bombeiros e, até sexta-feira, ficaria tudo vacinado, entre local, bombeiros e centros de saúde. Nos bombeiros voluntários e nos sapadores estava praticamente tudo e, no dia seguinte, começaria a PSP, nos centros de saúde. Tinha aquilo às moscas e eles é que nos tinham pedido para fazer aquilo.

O novo responsável já tinha dito: “*Não, não, se calhar até temos que nos socorrer das farmácias.*” Se assim fosse, se fossem os centros de saúde e as farmácias, como achava que devia ter sido desde o início, porque, normalmente, era nas farmácias e nos centros de saúde que se tomava, por exemplo, a vacina da gripe e outras vacinas, ninguém estava a criar centros para aquilo. Tínhamos um centro em que também tínhamos sido nós que tínhamos feito as obras, no IEFP, que tinha que ver com os testes. Portanto, se, no início, tivessem dito logo que as farmácias também podiam vacinar, tínhamos mais de 40 farmácias em Setúbal e era claro que não era nada necessário. Quem dizia aqui, dizia nos outros municípios, que todos eles tinham uma série de farmácias. Se tivesse sido distribuído entre os centros de saúde e as farmácias, os municípios não teriam tido que estar a endividar-se ou a pagar do seu orçamento uma coisa que estava a ficar vazia. Naquele momento, era o desgoverno.

Mais, naquele dia tinha chegado outra circular, a dizer que a Direção-Geral de Saúde mandava as instituições, todas as instituições, e os municípios fazerem uma testagem de 14 em 14 dias, mas não sabiam onde nem quem pagava nem como é que isso se processaria. Na reunião metropolitana da proteção civil, a própria saúde pública também lhe tinha perguntado, enquanto responsável do distrito, se sabia como é que isso funcionava: Quem

pagava? Quem mandava vir? Como é que era? Seriam municípios, outra vez, a pagar os testes? Para quantas instituições? Quantos milhares de pessoas? De 14 em 14 dias! “Faça-se!” Onde? Como? Com que técnicos de saúde? No município, quem é que faria? Não sabia fazer aquele teste. Onde é que as pessoas ficavam? Os testes tinham uma resposta de 15 minutos e as pessoas tinham que esperar um bocadinho. Tinha que haver salas para se fazer isso e para as pessoas esperarem, para, daí a 15 minutos, ficarem a saber o resultado do teste. Era isso que se estava a passar.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que não queria entrar na discussão propriamente política que envolvia todo aquele processo, mas queria colocar uma questão: O critério de vacinação dos lares e dos SAD dependia diretamente de quem? Era da Saúde? Era da Proteção Civil?

**Sra. Presidente** – Disse que era do Ministério da Saúde, da Direção-Geral de Saúde.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que a crítica era para quem fosse, mas, naquele momento, estava a falar noutra qualidade, porque a idade e a experiência que tinha em certas áreas lho permitiam. Tinham sido vacinadas, e bem, pessoas de diversos lares, mas, por exemplo, era presidente de uma instituição onde ainda ninguém tinha vacinado ninguém. Tinha um serviço de SAD, porque o centro de dia tinha tudo confinado em casa, mas davam apoio a 100 pessoas, diariamente. Já tinha enviado a lista a quem a tinha pedido. A saúde tinha pedido, a proteção civil também tinha pedido, mas o critério de quem fazia a escolha e quais eram os critérios para essa escolha também não os conhecia. Nisso era claro e estava a assumir a responsabilidade do que estava a dizer, desconhecia.

**Sra. Presidente** – Disse que achava que abrangia as pessoas que iam a casa de outras pessoas.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que eram prioritários, era a chamada linha da frente. A linha da frente era toda a gente, mas nem toda a gente era linha da frente. Depois, quando andavam a ver quem andava no campo, quem andava no terreno, quem ia a casa dos utentes, esses é que eram, efetivamente, a linha da frente, não era ele. Portanto, não seria vacinado enquanto linha da frente, mas seriam pessoas que dependiam da instituição onde era responsável. Aí, sim, estava à espera.

**Sra. Presidente** – Disse que ia perguntar, naquele mesmo dia, à DGS. Pensava que já tinham sido vacinados. Eles é que notificavam, sempre.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que a Sra. Presidente podia dizer, nas reuniões que tivesse, que existiam instituições do concelho – e não eram uma nem duas – que tinham áreas de valências da saúde e podiam ser um apoio muito importante para a vacinação ser feita.

**Sra. Presidente** – Disse que tinham gasto 70 mil euros e estava às moscas.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que tinham gabinetes médicos e tinham enfermeiros e a Santa Casa da Misericórdia e outras instituições também tinham. Estava a falar pela sua instituição porque tinha a área da saúde havia muitos anos. Era importante que se soubesse o terreno que se pisava e, se não sabiam, perguntassem.

**Sra. Presidente** – Disse que ia anotar isso, porque os lares já tinham sido praticamente quase todos, a não ser onde havia COVID, que não se podia vacinar. Nos lares, estavam a voltar a ir àqueles sítios em que já tinham testado todos negativos. Estavam a entrar lá e a fazer.



Relativamente às questões colocadas, achava que já tinha respondido.

**Sra. Presidente** – Leu o seguinte voto de pesar, pelo falecimento de José Fernando Gonçalves, conforme documento anexo à presente ata, sob o registo n.º 12:

*“Voto Pesar*

*José Fernando Gonçalves*

*A Câmara Municipal de Setúbal manifesta profundo pesar pelo falecimento de José Fernando Gonçalves, homem desde sempre profundamente ligado à sua cidade, que amou e pela qual trabalhou sem descanso, quer como professor de educação física, quer como colaborador da autarquia nas áreas da cultura, do desporto e do turismo, matérias em que deixa vasto e qualificado legado que, neste momento doloroso, valorizamos e agradecemos.*

*José Fernando Gonçalves nasceu em Setúbal em 25 de fevereiro de 1954. Cedo se tornou professor de educação física, tendo terminado posteriormente a formação superior, em 1983, no Instituto Superior de Educação Física da Universidade Técnica de Lisboa.*

*Foi professor em várias escolas do ensino básico e secundário do concelho e na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, mas também em diversos clubes e associações desportivas, o que lhe permitiu formar muitos atletas que se viriam a destacar. Deixou, além disso, em todos os que foram seus alunos, marca forte pelas relações de empatia que sempre foi capaz de estabelecer.*

*Em 1998 foi destacado para o Município de Setúbal, com o objetivo de dar assessoria técnica à construção, abertura e gestão da Piscina Municipal de Azeitão e Manteigadas. Mais tarde, acompanhou as atividades da Divisão de Desporto, da Pista de Atletismo e de desenvolvimento do Parque Urbano de Albarquel.*

*Em 2009 aceitou o desafio de estruturar o setor do turismo na autarquia setubalense, destacando-se a abertura da Casa da Baía como um dos mais importantes projetos em que se envolveu desde logo. Como Coordenador do Gabinete de Turismo, iniciou, no cumprimento dos objetivos traçados pelo executivo municipal, um caminho nunca percorrido com a criação de parcerias que permitiram promover externamente Setúbal e recuperar para a cidade e para o concelho o seu lugar de destino turístico de excelência.*

*Teve ativo papel na reabilitação das estruturas de apoio às praias do concelho na coordenação da Comissão Valpraias.*

*Desempenhou, desde 2018, funções de Diretor Geral da Associação da Baía de Setúbal e era, desde 2019, membro da Direção da Associação de Promoção e Turismo do Alentejo, com a missão de promoção conjunta da Baía de Setúbal.*

*José Fernando Gonçalves deixa-nos a memória e a marca do enorme amigo que foi, das relações fortes que estabeleceu com alunos, amigos e com todos os que com ele puderam trabalhar. Setúbal é hoje uma cidade mais atrativa, mais rica, mais apreciada também graças a ele.*

*À família enlutada, a Câmara Municipal de Setúbal endereça sentidos pêsames.”*

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que o Partido Socialista se associava, naturalmente, àquele voto de pesar. O professor José Fernando tinha sido uma pessoa querida na cidade. Quem o tinha conhecido, quem tinha partilhado parte da sua vida com ele sabia que era uma pessoa de respeito, um homem que gostava dos seus amigos e que tinha deixado, no fundo, o toque pessoal e profissional onde se tinha envolvido. Naquele caso, nos diversos projetos ligados à autarquia. Portanto, era com pesar que prestavam aquele voto.

Disse que, se lhe fosse permitido, também queria lembrar outro funcionário da Câmara Municipal, Carlos Romão, que também tinha falecido no dia 15 de janeiro. Queriam deixar também essa nota de pesar à família de Carlos Romão, que tinha sido funcionário dos Recursos Humanos.

**Sr. Vereador Fernando Monteiro** – Disse que o Partido Social Democrata também se associava ao voto de pesar pelo falecimento do professor José Fernando Gonçalves.

**Sra. Presidente** – Disse que, de facto, tinha havido uma falha em relação ao Carlos Romão, que tinha falecido um pouco antes do professor José Fernando.

Associavam-se, também, a esse voto de pesar desse funcionário, técnico que aqui se tinha feito técnico superior, aqui tinha estudado, aqui tinha trabalhado muito, aqui se tinha empenhado e aqui se tinha formado como jurista.

De facto, os recursos humanos e toda, a Câmara iria sentir saudades do Carlos Romão, passava o tempo que fosse necessário na Câmara, por vezes tinham de mandá-lo para casa, porque estava já muito cansado ou porque estava doente e ele não ia.

Tinha estudado sempre, para estar sempre atualizado em relação à legislação que ia saindo e que acompanhava. De facto, era um suporte de muitos e muitos trabalhadores, que viam no Carlos Romão como quase que o seu advogado, o seu defensor jurídico. Portanto, ficava, também, o voto de pesar por esse funcionário da Câmara Municipal.

**Sra. Presidente** – Leu o seguinte voto de pesar, pelo falecimento de Eduardo Silva, conforme documento anexo à presente ata, sob o registo n.º 13:

*“Voto Pesar  
Eduardo Silva*

*A Câmara Municipal de Setúbal manifesta profundo pesar pelo falecimento, no dia 13 de fevereiro, do fadista e guitarrista Eduardo Silva, que completaria 77 anos no passado dia 15. Com 60 de carreira, acompanhou inúmeros fadistas em Portugal e no estrangeiro, artistas de Setúbal, mas também de âmbito nacional, Rodrigo, Tony de Matos, Tristão da Silva ou a fadista Cidália Moreira, de quem foi viola particular por vários anos. Trabalhou, ainda, com nomes como António Chainho e Jorge Fontes.*

*À família enlutada, a Câmara Municipal de Setúbal endereça sentidos pêsames.”*

Seguidamente, a Sra. Presidente pediu e fez-se um minuto de silêncio.

## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Deliberação n.º 26/21 – Proposta n.º 01/2021 – GAP – Medidas de Apoio ao Comércio Local – Covid - 19 – Ratificação do Despacho n.º 12/2021, de 19 janeiro**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 14 e 15, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

### **2. Deliberação n.º 27/21 – Proposta n.º 04/2021 – DAF/DICONT/SECONT – Candidaturas no âmbito do FEDER relativas a remoção de amianto nos edifícios escolares – Afetação de conta bancária**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob o registo n.º 16, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**3. Deliberação n.º 28/21 – Proposta n.º 05/2021 – DAF/DICONT/SECINT – Candidatura “PEPAL 2” no âmbito do FSE – Afetação de conta bancária**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob o registo n.º 17, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**4. Deliberação n.º 29/21 – Proposta n.º 06/2021 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 13/2020/DAF/DICOMP/SECOMP, com publicação no jornal oficial da união europeia (JOUE), para a “Concessão da gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública à superfície na cidade de Setúbal e constituição do direito de superfície em subsolo para a conceção, construção em exploração de 2 parques de estacionamento no subsolo na cidade de Setúbal” – Adjudicação**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 18 e 19.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que, para falar daquela proposta, tinham que dizer que o Partido Socialista, desde o início daquele processo, se tinha manifestado contra o novo Regulamento Municipal do Estacionamento. Inclusivamente, no período da discussão pública, tinha apresentado várias propostas de alteração, que, entretanto, depois, tinham sido rejeitadas.

No entanto, não viam nenhum problema na aplicação do estacionamento tarifado. Aliás, na década de 90, ele tinha sido inserido na cidade, exatamente como forma de podermos organizar e, enfim, termos uma rotatividade numa parte específica da cidade, para quem quisesse aceder ao comércio e aos serviços na Baixa, que tinha tido resultados extremamente positivos e tinha contribuído para um aumento da oferta de estacionamento na cidade.

Já tinham passado mais de 20 anos, quase 25, e, obviamente, era necessário fazer acertos em zonas onde a pressão da procura de estacionamento era intensa.

No entanto, a proposta daquele novo regulamento, que tinha servido de base para aquele concurso público, para aquela concessão, propunha um alargamento muito intenso para zonas de que discordavam totalmente, zonas que tinham, apenas, uma função residencial e não entendiam qual era o objetivo de, aí, termos um custo associado ao estacionamento, porque não havia um interesse, não havia, digamos, a necessidade de haver essa rotatividade do mesmo lugar de parqueamento.

Também assinalavam que, quando o próprio Plano de Mobilidade tinha sido feito para o concelho, referia que o alargamento do estacionamento tarifado não podia ser implementado só de “*per si*”, tinha que ser acompanhado de outras medidas que não fossem medidas tão “*punitivas*”, no sentido de a pessoa achar que estava sempre o cidadão a pagar tudo e mais alguma coisa e que deveria haver a implementação, em simultâneo, de parques de retaguarda, gratuitos, ou, pelo menos, de um custo muito mais acessível, de implementação de redes e modos de mobilidade suaves. Enfim, o próprio Plano definia algumas intervenções que deveriam ser feitas em simultâneo, até para que os próprios municípios não criassem um sentimento de hostilização e de irem contra o que estava a ser-lhes imposto e não contribuir, também, com isso, com o aumento do incumprimento, o que originaria conflitos bastante elevados, com o estacionamento abusivo nos passeios, no pagamento, etc., que só podia ser,

depois, colmatado com um reforço de fiscalização e policiamento. Também não pensavam que fosse por aí.

Tinham sugerido, ainda, na altura, que fossem retirados alguns bairros habitacionais, nomeadamente – dava alguns exemplos - a Quinta Alves da Silva, Vanicelos, Urbisado, Bairro Santos Nicolau, Bairro da Conceição, Moinho do Frade. Aliás, naquela proposta de adjudicação da concessão não vinha lá - pelo menos, não tinha conseguido descortinar - onde era que a empresa que tinha ganho o concurso ia instalar especificamente, na malha que estava definida no regulamento, os parquímetros. Portanto, não vinha lá a planta exata dos parquímetros. Disse não se saber se na altura, quando aquilo originou muita discussão ali na Câmara e na Assembleia Municipal e noutros fóruns, porque aqueles assuntos originavam muita discussão, o que tinha sido dito pelo executivo era que estava previsto toda aquela margem, mas que eles não iam aplicar. Naquela proposta também não era mencionado onde era que concretamente iam aplicar e a dúvida mantinha-se exatamente igual quando tinha sido aprovada, porque não estava definido claramente onde era que iam ser aplicados aquele aumento de lugares tarifados. Reafirmou que era um aumento muito grande, que era passar dos atuais 1.480 lugares de estacionamento tarifados, para no 1.º ano existir um aumento de 230%, no 2.º ano de 340% e no 3.º ano de 420%. Era um aumento expressivo e muito daquele aumento em zonas residenciais.

Sobre o critério da atual concessão e que era feito naqueles moldes que tinha sido definido, perguntou se era possível à Câmara com aquela concessão futuramente, se se quiser proceder à criação de parques dissuasores gratuitos, por exemplo, dentro daquela área geográfica. Questionou se a Câmara ficava limitada aos parques que estavam previstos, uma vez que os concorrentes concorriam a um concurso que dizia que iam ter a obrigação de construir dois parques subterrâneos, mas nas condições, se calhar, de não haver mais nenhum parque alternativo, a Câmara poderia no futuro, durante aqueles 40 anos, ficar limitada.

Referiu que quando foi eliminado o terceiro parque junto à Praça de Touros, foi dito que foi eliminado porque havia um projeto em conjunto com a Praça de Touros, mas parece que não era bem assim, que não era verdade. Um dos concorrentes queixou-se dizendo que em relação a esse parque, eles próprios já tinham essa concessão por 45 anos, desde 2006. Eventualmente terá sido uma falha dos serviços ou foi uma interpretação de que podiam passar por cima e afinal não podiam.

Reafirmou existirem ali algumas questões que lhes levantou muitas dúvidas e entendiam que aquele aumento exponencial de número de lugares tarifados e aumento do valor tinha um objetivo que era a Câmara arrecadar uma receita extraordinária que numa primeira fase seria de 4 milhões de euros e depois uma renda mensal de 50% da faturação bruta que a Sra. Presidente tinha dado ali exemplos. Quanto mais lugares, maior seria a receita, mas que depois tinha efeitos muito negativos na vida do dia-a-dia das pessoas, especialmente em zonas residenciais onde não existia essa pressão.

Deu um exemplo onde achavam por bem que sendo uma zona residencial tinha que haver estacionamento tarifado para proteger os residentes, que era toda aquela zona ali em volta da Praça do Brasil, onde a pressão para quem apanhava o comboio era tremenda e aí fazia todo o sentido que houvesse uma proteção e aí o estacionamento tarifado era uma proteção para os residentes. Quanto a outras zonas residenciais onde isso não existia, entendiam que não fazia sentido e que por esse motivo não iam votar favoravelmente aquela proposta.

**Sr. Vereador Fernando Monteiro** – Relativamente àquela proposta, disse que o PSD tinha, desde que aquele processo se iniciou, se manifestado contra o mesmo e contra as propostas ali apresentadas, desde logo pela questão do aumento enorme da área que ia ter estacionamento tarifado que passava a ser uma área vastíssima, mas com a agravante de incluir zonas residenciais, tal como tinha sido referido pelo Vereador Paulo Lopes, o que era incompreensível.

Questionou como era que se iria tarifar o estacionamento em zonas que eram zonas basicamente residenciais e com isso prejudicar e sobcarregar ainda mais os cidadãos

daquela cidade com mais um custo que teriam que pagar para terem o carro à porta da sua casa enquanto estavam na mesma.

Por outro lado, também entendiam que o prazo de 40 anos, que era um prazo larguíssimo, eram 4 décadas para a Câmara ficar amarrada ali àquela concessão, sem depois poder fazer praticamente nada e disse ter dúvidas que se pudesse fazer aquilo que o Vereador Paulo Lopes referiu em relação ao facto de se querer construir um parque naquela zona que estava concessionada sem ter problemas e a oposição da empresa a quem ia ser adjudicada aquela concessão.

Mencionou existir, ainda, do ponto de vista do PSD, a forma como todo aquele procedimento foi tramitado, levava-os a crer ou pelo menos a suspeitar que poderia ter sido tramitado de uma forma que não era totalmente legal ou que poderiam existir ali irregularidades ou ilegalidades no procedimento do concurso, nomeadamente quando se resolveu suspender o prazo de apresentação de propostas e que tinha sido publicado no ano passado para depois ser concedido um novo prazo.

Reafirmou que tinham sérias dúvidas sobre a legalidade daquele procedimento.

Na proposta também era referido que visava resolver os problemas de mobilidade e de transportes de forma a melhorá-los, mas aquela proposta fazia parecer que visava mais resolver problemas de índole financeira da Câmara Municipal indo buscar ainda mais dinheiro àquele estacionamento tarifado.

Concluiu que por todas aquelas razões ia votar contra aquela proposta.

**Sra. Presidente** – Disse que era um espanto ouvir aquelas alegações, que eram de um populismo atroz.

Não percebia como era que nos sítios onde aqueles vereadores eram poder, como era que resolviam o problema do estacionamento.

Mencionou que morava num município que tinha vários estacionamentos enterrados e tinha muitas zonas de estacionamento pago e que não percebia, porque já tinha e continuava a ter e piorou, mais dinheiro, mais multas e piorou.

Nos municípios do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, não percebia como faziam e não sabia como era que faziam em Lisboa, mas era de um populismo a toda a prova, ainda se não tivessem em mais lado nenhum estacionamento, nem tarifado, nem estacionamento em subsolo ou outro, aí podiam dizer que o objetivo da Câmara Municipal de Setúbal não era regularizar ou achar forma de ordenar o estacionamento, mas que a Câmara Municipal de Setúbal eram uns bandidos que só queriam era dinheiro e que o primeiro objetivo era o dinheiro e aquilo era muito grave, porque as câmaras onde o PS e o PSD eram poder o primeiro objetivo era dinheiro.

Afirmou que era uma vergonha e que nunca pensou que Setúbal passasse o milénio sem ter um parque de estacionamento como devia ser. Em 2021 é que se começava a desenhar um parque de estacionamento como devia ser pela Câmara Municipal, que por acaso era da CDU, e não tinha tido há mais tempo, há 12 anos atrás, porque o PS e o PSD impossibilitaram a criação desse parque de estacionamento.

Explicou que quando alguém viesse à cidade, que era uma cidade extremamente atrativa como era, e não conseguisse estacionar o carro, diria sempre que a culpa era do PS e do PSD, porque já podia estar resolvido e ia-se resolver, mas quando se ia resolver diziam que o primeiro objetivo era o dinheiro. Afirmou que era fantástico.

Questionou o PS e o PSD sobre qual era o objetivo dos municípios onde eles eram governo, se também devia ser o dinheiro. Disse que tinha que dizer aos seus colegas quando os visse, que o objetivo deles ao regular o trânsito de forma a dar condições às pessoas para estacionar, era o dinheiro.

Reafirmou que ali o objetivo era regular o estacionamento, era tornar aquela cidade numa cidade apetecível para viver com qualidade de vida, a qual também passava pelo estacionamento e naquele momento era urgente.

Quanto ao estacionamento à superfície, já se tinha falado disso várias vezes, e o Partido Socialista quando intervinha esquece-se sempre que o primeiro regulamento que fez tinha



milhares, milhares que nunca chegou a executar, mas estava lá no projeto deles quando fizeram aquele concurso para a cobrança do estacionamento à superfície e que era só recuperar isso e dizer até onde é que o Partido Socialista iria. Nunca foi aplicado e naquele momento as coisas iam um bocadinho mais além.

Disse que deviam estar lembrados, que nas anteriores discussões, tinham informado que as novas coroas só iam começar a ser tarifadas quando tivessem obras e que à medida que se iam fazendo as obras, elas naquele momento já estavam previstas ali no contrato, porque não se fazia a tarifação sem haver primeiro um melhoramento do espaço que ia ser tarifado, se eram ruas, se eram pracetas, dependia do que fosse e só quando estivesse requalificado é que depois o concessionário ia começando a cobrar. Aquilo em relação ao primeiro objetivo que achava extraordinário.

Depois o senhor Vereador Paulo Lopes já sabia e até tinha a certeza e disse ali perentoriamente que os terrenos que estavam à volta da Praça de Touros...

Admirou-se por não ser por causa da Praça de Touros e questionou se não seria por existir um projeto e que o Vereador iria ficar engasgado quando visse esse projeto. Referiu que era mesmo por causa da Praça de Touros, porque esse contrato de concessão não era com a Câmara Municipal e esse parque ia ficar na Praça de Touros e era mais outro em cima da Câmara, em cima das eleições. O projeto estava a acabar e quando acabasse, acabava e se fosse junto às eleições seria apresentado junto às eleições e ia ser esse espaço lá, porque aquilo não se pode fazer na Praça de Touros e com a finalidade que ia ter.

Informou que para o Hospital e para a Praça de Touros não podia ter finalidade sem o parque de estacionamento. O parque de estacionamento estava lá era essa concessão que estava ali.

Quanto às muitas dúvidas que tinham, estava a ser tratado com quem de direito e com as partes intervenientes e ia ter que obrigatoriamente estar naquele outro parque que era tão grande ou maior do que aqueles dois juntos, porque aquele parque de estacionamento também ia servir o Hospital. Por esse motivo é que ia ter que ser todo redimensionado para servir o Hospital, a Loja do Cidadão, a Praça de Touros e toda aquela zona em vez de ser só para a Praça de Touros, como estava pensado inicialmente.

Relativamente à legalidade, dirigindo-se ao senhor Vereador Fernando Monteiro, disse para não pensar que se fez aquele caderno de encargos e aquele concurso sem ter advogados a fazer aquilo e ainda lhe disse que se quisesse que os apresentava para lhe esclarecer todas as dúvidas. Informou que podia ir ao processo, que lá estava uma comissão extensa de quem fez o caderno de encargos, o programa de concurso, quem visionou e quem apreciou as propostas, etc., tinham sido técnicos excelentes da câmara e advogados externos e que sabiam, faziam e tinham condições para o fazer.

Como se podia imaginar, se houvesse hipóteses de aquilo ter sido reclamado, se calhar já tinha sido pelos outros concorrentes.

Ainda bem que o senhor Vereador Fernando Monteiro percebia disto tudo, porque a Presidente disse que não percebia e por isso tinha que confiar em quem sabia fazer e que fez com certeza bem e que confiava nas equipas internas e nas externas.

Concluiu dizendo que já era altura de Setúbal ter aquilo e de Setúbal não ficar na cauda do país, já para não dizer da região, uma vez que em cidades com esta dimensão tinham de existir parques de estacionamento à altura para o centro da cidade, que era onde havia maior pressão e já era altura de os ter.

**Sr. Vereador Fernando Monteiro** – Disse já os ter habituado a tudo o que é oposição chamar de populismo e que, muitas das vezes, ainda não tinham começado a falar e já estavam a ser acusados de populismo.

Mencionou que populismo tinha sido aquilo que a Sra. Presidente tinha acabado de fazer, porque populismo queria dizer que eram contra o estacionamento tarifado e que as câmaras onde eram poder tinham estacionamento tarifado. Era populismo porque nunca tinham dito que eram contra o estacionamento tarifado, entendiam era que o estacionamento tarifado devia existir apenas em algumas zonas da cidade e aí sim fazia sentido que ele existisse.



Existiam outras zonas da cidade que estavam contempladas naquela proposta, que não fazia sentido absolutamente nenhum haver estacionamento tarifado e voltou a referir as zonas residenciais. Havia dentro das zonas residenciais algumas em que, também, se podia justificar o estacionamento tarifado e até o Vereador Paulo Lopes já tinha dado um exemplo desses, mas existiam outras que entendiam não se justificar e era por isso que eram contra. Ser contra por aquelas razões que estavam perfeitamente explicadas, só não compreendia quem não quer compreender, porque não são contra o estacionamento tarifado, são contra aquela proposta de estacionamento por aquelas razões, que era algo diferente, uma vez que abrangia zonas que não devia abranger. Disse ser extraordinário que ao fim de 20 anos ainda se culpasse o PS e o PSD, aquilo é que era populismo.

**Sra. Presidente** – Continuava a ser populismo, porque lhe disse que havia mais de 20 anos que aquela situação devia estar resolvida e que havia 12 anos, ou não tinha ouvido bem ou estava a fazer a cena do populismo, esteve na reunião de Câmara e na sessão da Assembleia Municipal e foi naquela última reprovada pelo PS e pelo PSD. Era uma outra proposta, porque também não contemplava bem aquelas zonas, era um bocadinho mais para poente.

Quando disse que era populismo não se referiu a isso, disse que era populismo quando referiam que o primeiro objetivo do concurso era a questão financeira e que a Câmara queria arrecadar dinheiro.

Disse para não baralharem as coisas, porque não lhes foi dito que era em relação às zonas que deviam ser ou não tarifadas, quando referiu que era populismo era pelo facto de os senhores das duas bancadas terem dito que o primeiro objetivo era a questão financeira.

Relativamente a muitas das zonas já estavam no primeiro contrato de concessão, que tinha sido feito pelo Partido Socialista, outras zonas eram novas e outras zonas tinham sido as pessoas que tinham pedido. Referiu que já sabiam disso, porque já tinha sido ali dito que tinham zonas em que as pessoas pediam para que se concessionasse e foram dados ali alguns exemplos em devido tempo.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Não tinha pensado em intervir, mas existiam situações em que tinha que ser, como dizia o ditado popular *“Quem não se sente, não é filho de boa gente”*. Ficou a perceber que para o PSD e para o PS, que eram favoráveis a uma política de ordenamento do estacionamento através do estacionamento tarifado, porque se não fossem favoráveis, com certeza, que essas cidades pelo país fora tinham-se levantado contra esse estacionamento tarifado, nem tinham admitido que na concessão anterior ela tivesse avançado, mas eram contra quando a proposta era apresentada pela CDU.

Quando a proposta era apresentada pela CDU eram contra, porque ao ser apresentada pela CDU entrava em zonas residenciais, a preocupação que existia era a financeira e era mais um imposto para os munícipes. Quando não era apresentada pela CDU a preocupação era o reordenamento do trânsito e do estacionamento na cidade.

Referiu que não diria isso, podia dizer que era uma opinião de quem não conhecia o processo, mas aquele processo tinha vindo à Câmara e não tinha ali chegado pelo regulamento, nem pela proposta de concurso, nem naquele momento pela proposta de adjudicação do concurso, tudo aquilo tinha vindo num estudo feito e aprofundado sobre a situação do estacionamento no município, nomeadamente na cidade de Setúbal sobre a situação do trânsito e mobilidade na cidade de Setúbal que englobava e fazia parte dessa estratégia.

Naturalmente que estavam a falar de zonas residenciais que tinham uma pressão de estacionamento brutal durante o dia e onde os residentes não conseguiam estacionar e os vereadores sabiam isso perfeitamente. Sabiam perfeitamente que na zona do Montalvão era difícil de estacionar, sabiam que em zonas do Bairro do Liceu era difícil de estacionar, sabiam que em toda a envolvente do Hospital era difícil de estacionar e questionou se isso tinha surgido naquele momento.

Também sabiam perfeitamente que nos bairros históricos da cidade era difícil de estacionar, que os residentes tinham dificuldade em estacionar e sabiam perfeitamente que aos residentes era facultada a possibilidade de estacionar através da atribuição dos dísticos de estacionamento.

Continuou a referir que sabiam perfeitamente que havia uma opção, que julgava ser a opção que de uma forma geral seguia todas as cidades, independentemente de quem estava à frente do governo dessas mesmas cidades, que com o aumento do número de viaturas por agregado familiar havia um aumento natural do custo desses dísticos em todo o lado. Em Setúbal diziam que isso era uma política que era contra os munícipes, que era uma política que visava sacar dinheiro, que era uma política de agravamento fiscal das famílias, mas para o resto do país não era. No resto do país também não se tinha feito na base daquela estratégia e só em Setúbal é que se fez, porque era a CDU que estava no poder e porque ia haver eleições, porque se não estivessem nesse contexto não era nada daquilo que acontecia.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Referiu já não se estar a discutir a proposta, já se estava a discutir outra coisa e como tal quis intervir para dizer que até podia dar razão, no limite e quase no absurdo, ao Vereador Ricardo Oliveira não fosse a coisa fantástica da CDU que em Almada, por exemplo, votou contra o regulamento do estacionamento deles havia um ano. Disse não fazer a mínima ideia, porque não conhecia nada em Almada, o que conhecia de Almada era algumas praias e a ponte para passar para Lisboa. O que estava a dizer era que o PCP, pela mesma lógica, nos sítios onde era oposição votava contra. Claro que em Almada eles tinham razão, tal como, se calhar, o PS de Almada dizia que o PS de Setúbal tinha razão.

Estava-se ali a discutir algo que não era verdade, porque se estava ali a entrar numa teoria que era só por ser do PCP, não era verdade, e aquilo era uma prova mais do que evidente que cada caso era um caso e estar a comparar Lisboa, Almada, Montijo, Barreiro, Seixal e o que fosse, tinha que ser visto caso a caso e com quem conhecia o terreno.

Voltou a dizer que a opinião deles tinha sido clara, entendiam que existiam ali zonas que não tinham pressão absolutamente nenhuma e questionou se fazia sentido o Bairro Santos Nicolau ser taxado ou estar dentro do tal mapa em que podia vir a ser taxado, ele achava que não. Perguntou se havia pressão na avenida D. Manuel I para estacionar, viveu lá 15 anos e passava lá quase todos os dias e o estacionamento era a coisa mais fácil do mundo.

Concordava que existiam zonas residenciais que, muito antes do PDM em que não havia exigência da criação de nenhum lugar de estacionamento no interior do lote, em que nunca haveria um lugar por fogo no exterior e, muito menos, um e meio ou dois.

Continuou a dizer que o estacionamento tarifado nessas zonas para os residentes também não ia resolver o problema, porque o espaço não existia, independentemente de ter um custo para o residente muito inferior ao não residente, não resolvia o problema, uma vez que existiam soluções impossíveis de resolver daí a necessidade de, cada vez mais, se apostar nas tais redes de mobilidade de modo suave, etc..

Atenção, existia um populismo que todos faziam, mas tentava-se restringir aos factos. O tal Plano de Mobilidade referia isso e ele referiu esse plano.

Deu exemplos como o Montalvão, esse era um caso de grande pressão, porque as pessoas que trabalham na baixa, para não estacionarem no sítio onde era pago, iam estacionar ali que não pagavam. Referiu aquele parque de estacionamento selvagem que existia por detrás da Misericórdia e do Convento e que servia ali como uma bolsa, naquele momento tinha havido uma ligeira redução do número de lugares e obviamente que a qualidade de vida daquele espaço não tinha nada a ver. Mencionou que, se calhar, não tinha havido nenhuma redução porque, entretanto, também aumentaram para o outro lado, mas não houve um aumento, mas que lhe traga esses elementos. Aliás estava ali o Eng.º Madeira, que era especialista naquilo e podia, melhor que ninguém, ajudar.

Esse parque, mesmo que não tivesse havido uma redução, essa zona ia continuar a ser deficitária e daí não se ter incluído nos tais bairros, mas que entendiam que não podia deixar de ter uma solução para quem não era residente.

Disse terem proposto por existirem sítios que, mesmo o espaço para residentes, não comportavam lugares de estacionamento suficientes para os residentes e se fossem lá outros para estacionar ainda menos, ainda castigava mais os residentes. Uma das propostas que tinham feito foi criar espaços físicos só para residentes, porque se houvesse pessoas de fora que lá iam estacionar, ainda havia lá menos lugares, mas também tinha sido rejeitada. Disse também poder dizer que por serem propostas do PS, foram liminarmente rejeitadas, apesar de serem aplicadas, por exemplo, em concelhos onde a CDU era poder.

Mencionou que aquele tipo de medidas era aplicado em concelhos onde a CDU era poder.

Perguntou se seria qualquer coisa contra o PS ou por vir do PS. Disse que era a mesma linha de pensamento que o senhor Vereador Ricardo Oliveira ali expôs.

**Sra. Presidente** – Explicou que o espaço que estava por detrás do Convento não podia continuar como estava, colado ao Convento e no centro da cidade. Tinha lá os serviços da Câmara que tiravam ali um grande bocado, tinha muitos buracos onde especialmente no inverno ficavam com água e com lama, mais o espaço agora da Santa Casa da Misericórdia e atualmente havia mais lugares ali, mas depois trazia o número exato.

A questão do estacionamento nunca se resolveria enquanto não houvesse, se calhar, obrigatoriedade das pessoas que quando tinham um lugar ou dois queriam estacionar os carros mesmo dentro de casa, dentro dos prédios, porque a maior parte das pessoas que tinham boxes serviam-se desse espaço para arrumarem coisas e estacionavam os carros na rua. Também havia famílias que, quando os filhos cresciam, ficavam com 3 ou 4 carros por casa. No anterior PDM era um e meio, naquele momento eram dois, mas se tivessem 3 ou 4 carros por casa continuava a ser complicado a arrumação de tudo aquilo, não havia espaço que chegasse e tinha que se ir andando e arranjando formas de ir resolvendo as situações, mas não era fácil. Aquilo era minorizar, não era resolver na totalidade, era ir melhorando.

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** – Disse que ia dar duas ou três notas relativamente às questões que ali tinham sido faladas, que não eram no âmbito da proposta, porque a mesma tratava da adjudicação, mas que eram importantes.

Era claro que ficou muito satisfeita quando ouviu o Vereador Paulo Lopes começar a sua intervenção, porque já tinham tido um avanço, podia demorar muitos anos, mas já tinham tido ali quando ele disse que até já eram a favor que na Praça do Brasil o estacionamento fosse tarifado.

No princípio, quando começaram a discutir aquela proposta ou uma semelhante, já lá iam cerca de 12 anos, o PS era totalmente contra o estacionamento tarifado nas zonas em que atualmente existia estacionamento e naquele momento ouvir que na Praça do Brasil era necessário o estacionamento tarifado já era um *upgrade* e que dali, talvez, a uma dezena de anos já se consiga compreender em que era que estava baseado aquele modelo. Aquele era um modelo ambientalmente sustentável que visava a gradualização do estacionamento através das coroas e na sua tarifação naquele sentido. Era sobre aquilo que se estava ali a falar e não se estava ali a falar sobre uma estratégia solta, sobre uma estratégia feita havia não sei quantos anos atrás e julgava que nessa altura a resolução do problema muito teve a ver com a questão financeira. Naquele momento tinha-se uma conjugação de várias estratégias, quer no que dizia respeito à utilização do transporte público, com todas as mudanças que estavam para chegar, quer na estratégia da mobilidade que o próprio Vereador admitiu, que la consensualizar as questões das ciclovias, dos caminhos pedonais e tudo aquilo tinha que ser tratado em conjunto, não podia ser tratado de forma separada.

Por isso dizia, tal e qual como a Sra. Presidente e os outros vereadores, que era populista falar das questões assim, separadas, como se não tivessem um encadeamento e como se não tivessem uma lógica, ou pelo menos as pessoas lá fora podiam nem todas saber que tinham, mas que ali todos tinham a obrigação de saber.

4

**Sr. Vice-Presidente** – Disse que o senhor Vereador Paulo Lopes é que tinha razão, que se estava a discutir assuntos que já não eram sobre eles, que eram por outras questões que estavam por detrás daquelas. Se não tinha sido aquilo, foi o que tinha dado a entender.

Referiu que ia fugir à discussão do populismo para ir para o lado do racionalismo.

Dirigindo-se ao senhor Vereador Fernando Monteiro disse que sabia muito bem, que o desconhecimento da lei não aproveitava o infrator, e ali era o mesmo. Se não conhecia, se estava bem fundamentado e sustentado juridicamente o processo, não lhe dava o direito de levantar dúvidas, porque se as tinha deveria informar-se, estudasse, tentasse saber, mas não levantasse para ar o papel de um vereador num órgão por desconhecer e chegar ali e levantar dúvidas. Disse que não tinha esse direito.

Quanto à questão de fundo, não estava ali a argumentar à espera de mudar o sentido de voto do vereador do PSD, nem dos vereadores do PS, porque tinham as suas posições e assim ficavam nelas, mas para o futuro ter-se-iam que entender se era para gerir a cidade ou se queriam atrapalhar-se uns aos outros, fazendo a oposição à posição ou fazer oposição à Maria e isso não lhes servia.

Explicou que uma cidade não era gerível sem ter um ordenamento do estacionamento e naquele momento uma cidade daquela dimensão não era gerível, tinha que ter um reordenamento do estacionamento e sem ter um operador capaz ao longo do tempo tinha que fazer a gestão do estacionamento em função das necessidades que todos sabiam que era essencial. Ainda havia que pensar noutra situação, disse não se recordar se a oposição votou contra o Plano de Mobilidade Estratégico de Setúbal, mas parecia que tinham sido a favor, mas isso implicava o reconhecimento da necessidade de ter um estacionamento regulado em toda a cidade e em larga mancha.

Como se sabia e ao contrário daquela campanha populista - não queria ir para o populismo -, que tinha sido feita e que dizia que toda a mancha prevista de estacionamento possível ia de imediato ser acrescentada e aumentada, não seria isso que ia acontecer e a mancha ia ser gerível em função das necessidades para propiciar o tal estacionamento de proximidade aos moradores, às zonas residenciais para salvaguardar o estacionamento que ia ser feito.

Ainda existia um outro elemento importante, que era o elemento de gestão ao longo do tempo. Explicou que o regulamento que estava em vigor e que o concessionário entrava a funcionar não era imutável ao longo dos 40 anos e os executivos municipais que lá estivessem iam adaptando o Regulamento do Estacionamento Tarifado à medida das necessidades. Eventualmente se fosse um executivo, dali a sete ou oito mandatos, do PS que estivesse com a maioria na Câmara, ou dali a 15 ou 20 do PSD, iam culpar a CDU por não haver estacionamento regulado e concessionado, mais do que por existir um que podiam ajustar no regulamento. Era assim que as cidades funcionavam e era assim que se tinha que fazer.

Disse que lhes ia deixar a nota de culpa, eram culpados de três chumbos da concessão do estacionamento em Setúbal, depois de terem tido no consulado anterior aprovado o deles. Um ainda no âmbito do Polis, que tinha ficado deserto e que não se conseguiu ir e depois outra vez e não se conseguiu ir, e já tinham caído vários e aquele que estava ali não se lhe conheciam pechas à parte do suspeitíssimo que tinha sido levantado pelo senhor Vereador Fernando Monteiro. Não se conheciam pechas naquele processo que pudessem levar a crer que estava ali alguma coisa que pudesse correr mal. Foi testado pelos concorrentes, houve notificação, houve contestação, decantou-se até àquele ponto e estava pronto a que os senhores fossem a favor sempre em abstrato e contra em concreto e até se entendiam, mas que aquilo era uma decisão necessária à boa gestão presente ou num futuro próximo e futuro longínquo da cidade e em absoluto e iam ter que ser penalizados com a posição contrária àquela boa decisão de gestão da cidade.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que também não era para intervir, mas como ficou na dúvida se aquela intervenção do Vereador Paulo Lopes tinha sido um elogio ou não à

requalificação do estacionamento na zona por detrás do Convento de Jesus, entendeu que tinha sido um elogio à requalificação.

Às vezes quando se queria ir buscar alguns exemplos poder-se-ia ser traído, mas sugeriu-lhe, até porque era uma pessoa que tinha esse cuidado em reconhecer que nem sempre as informações que ali se traziam eram rigorosas, que rapidamente iam ver o que esteve na base do voto do PCP contra a questão do regulamento. Como o senhor Vereador tinha dito que de Almada conhecia a ponte e as praias da Costa da Caparica, informou-o que a praia da Costa da Caparica tinha tido um aumento de 60% em relação à tarifa e o aumento do período de tarifação que ia passar a existir, para além do que a máquina de fazer dinheiro que estava sugerida.

Disse que se houvesse força partidária que pagasse o custo da implementação da tarifação na zona de Almada foi a própria CDU e sobre essa matéria era bom que se fosse justo.

Sobre o alargamento, percebia-se porque o PS pensava pequeno, mas Setúbal não era uma cidade de terceira divisão, era uma cidade de primeira divisão e era aí que Setúbal estava colocada, era aí que Setúbal queria continuar a estar e era por isso que se trabalhava todos os dias. Percebiam a estranheza com que os senhores olhavam para aquela proposta. Questionou se a Freguesia de Gâmbia tinha zonas tarifadas, se a Freguesia do Sado tinha zonas tarifadas e se a Freguesia de Azeitão tinha zonas tarifadas. Ainda perguntou se os vereadores conheciam e compreendiam as novas formas de regulamentar e de regular toda uma cidade e o território, nomeadamente zonas de maior pressão na maioria da Europa e até mesmo em Portugal, cidades históricas de dimensão maior, de dimensão mais pequena.

Depois ficavam espantados com aquela proposta, mas aquela era uma proposta que tinha um olhar naquilo que tinha sido um bocadinho a estratégia do executivo da CDU, não se podia pensar no que era agora, mas na cidade a crescer, na cidade a desenvolver-se, na cidade com uma enorme pressão, que era o que continuava a ter.

Percebia-se que o PS pensava pequeno, pensava sempre numa lógica de terceira divisão, mas não era nessa lógica que Setúbal estava naquele momento. Setúbal era, de facto, uma cidade procurada pela sua atratividade, era uma cidade que necessitava daquela requalificação.

Referiu que a Sra. Presidente tocou ali numa questão que lhe parecia relevante e até essa preocupação tinha sido ali acautelada, que era a questão de se ter querido vender. Questionou se eles se recordavam que quando o PSD fez propaganda no sentido de dar a conhecer à população em que utilizaram uns documentos que pareciam uns testes Rorschach, que era para as pessoas interpretarem qual eram as zonas tarifadas, mas como não compreenderam tinham ficado iludidas na ideia do que a oposição tentou passar, que tudo aquilo ia ser tarifado, o que ia ser uma desgraça. Quando se compreendia que não era exatamente assim e que havia muitas variáveis que daí decorriam, não se podia era aceitar que quem nos visitasse tivesse dificuldade em estacionar. Ter um estacionamento qualificado, ter condições para que se pudesse vir a Setúbal e estacionar com qualidade, que a pressão das zonas residenciais, como as que já tinham sido ali referidas, não acontecessem da forma como aconteciam e quem vivia na cidade percebesse isso perfeitamente, independentemente do tempo que ali vivia, o que era pouco ou nada relevante.

Disse que era lamentável que o que estava na base daquela decisão fosse apenas uma preocupação, uma vez mais, como disse o Vereador Ricardo Oliveira, de ser a CDU a tomar aquela decisão.

O exemplo que se tinha e o exemplo que os senhores tinham de outros executivos que eram dirigidos pelas suas forças políticas podiam permitir um outro cuidado na avaliação e ir buscar o pior exemplo que era aquilo que o Partido Socialista na governação da cidade de Almada tomou com o aumento de taxas de 60% para a população. Tinha sido aquela a decisão que o Partido Socialista quis tomar e tinha sido essa a decisão com que os almadenses, naquele caso concreto, ficaram confrontados.

Disse que se o senhor Vereador fosse à Costa da Caparica tinha que se sujeitar com isso, mas a decisão foi do partido dele.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, da CDU, e 4 votos contra, 3 do PS e 1 do PSD.

**Sr. Vereador Fernando Monteiro** – Fez a seguinte declaração de voto: “O PSD votou contra esta proposta, porque entende que é uma proposta que não serve os interesses dos setubalenses, que vai tarifar zonas de estacionamento em zonas residenciais sem qualquer justificação para isso.

Para além disso, é uma proposta que faz uma concessão por 40 anos, que é um prazo que consideramos demasiado dilatado e acresce ainda que temos dúvidas se não existiram irregularidades no procedimento deste concurso.”

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Fez a seguinte declaração de voto:” O Partido Socialista considera que o tema da Mobilidade é fundamental e estratégico na gestão de uma cidade com a dimensão da nossa e, por isso, os autarcas do PS têm vindo a assumir ao longo dos anos inúmeras preocupações sobre o tema.

A regulação do estacionamento e respetiva fiscalização é, nos dias de hoje, nos centros urbanos, um dos fatores mais importantes para um correto ordenamento do território e para o respeito pelos cidadãos de forma a que possam usufruir dos espaços públicos.

Nesse sentido, aquando da criação de lugares de estacionamento tarifados, o objetivo foi o de disciplinar o estacionamento na zona da baixa da cidade e criar condições para que quem quisesse aceder ao comércio ou aos serviços aí localizados encontrasse estacionamento.

E esses objetivos foram atingidos. O diagnóstico então realizado apontava para a necessidade de que futuros alargamentos de zonas tarifadas fossem acompanhados pela criação de parques (se possíveis subterrâneos) não pagos ou com tarifas reduzidas para poderem ser utilizados por quem se desloca para os locais de trabalho ou para tomar outro meio de transporte.

Concordamos com os objetivos, mas consideramos que os moldes em que o concurso público foi lançado e a presente proposta de adjudicação, não só não irá permitir atingi-los, como, será fortemente penalizadora para os setubalenses.

Analisando o mapa de zonamento vertido na proposta de adjudicação, verificamos que mais de metade da cidade passará a ser tarifada para efeitos de estacionamento.

Grande parte da zona da baixa da cidade (onde se situa a maior parte do comércio e dos serviços) ficará com estacionamento tarifado, zonas azul ou vermelha, bem como a esmagadora maioria das zonas residenciais passará também a ser tarifada, zona amarela.

Como se não bastasse este enorme aumento do zonamento a tarifar, os setubalenses serão chamados a pagar um brutal e enorme aumento das tarifas a cobrar em todas as zonas, para valores muito superiores, aos praticados noutros concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, idênticos a Setúbal, quando o nível de vida e o poder de compra é bem inferior no nosso concelho.

Em devido tempo, o PS apresentou um conjunto de propostas de alteração que entende serem pertinentes e necessárias, para bem dos Setubalenses e da Mobilidade Urbana Sustentável da Cidade.

Apenas foram aceites as propostas de aumentar para 2 o número máximo de dísticos para empresas, e o de incluir como beneficiárias do dístico de residente as Instituições Particulares de Solidariedade Social que prestem serviço de apoio domiciliário no concelho de Setúbal.

Entre as restantes propostas rejeitadas destacam-se a redução das tarifas em todas as 3 zonas para valores, a redução dos valores cobrados pelos dísticos de residente para todas as viaturas, o não tarifamento, na Zona Amarela, dos seguintes Bairros: Quinta Alves da Silva – Liceu - Vanicelos – Amoreiras – Urbisado – Bairro Santos Nicolau – Bairro da Conceição – Moinho do Frade – 4 Caminhos – Fonte do Lavra – Praça de Portugal – Av. Jaime Cortesão – Av. Inf. Dom Henrique – Av. D. Manuel I.

Já na Zona Azul propusemos que a zona ribeirinha poente (entre o edifício dos pescadores na avenida José Mourinho e até ao Parque Urbano de Albarquel), fosse tarifada apenas nos meses de Julho, Agosto e Setembro.



*Propusemos ainda que fossem garantidos 20% de lugares de estacionamento exclusivos para residentes, nas zonas azul e amarela, através da delimitação e sinalização de lugares específicos para o efeito, uma vez que o uso do dístico de residente não garante, por si só que os residentes tenham efetivamente lugar junto à sua residência.*

*Sugerimos ainda que não deveriam haver zonas totalmente tarifadas, mas antes determinados arruamentos/espacos tarifados, à semelhança do que acontece na maioria das cidades, uma vez que proposta, tal como é apresentada pelo executivo, e sendo aprovada, permitirá que, no futuro, todos os lugares de estacionamento sejam tarifados.*

*O PS apresentou propostas pragmáticas e assertivas na defesa dos setubalenses. A maioria rejeitou e agora, a poucos meses do fim de mandato, traz a esta câmara uma proposta de adjudicação que consubstancia um brutal aumento de lugares de estacionamento tarifado, sobrecarregando os orçamentos das famílias e das empresas de Setúbal para as próximas décadas.*

*A crítica situação financeira da autarquia e o desespero no encaixe imediato de 4 milhões de euros, não podem justificar a decisão de, nesta data e a poucos meses dum fim de ciclo hipotecar o futuro de Setúbal e dos Setubalenses.*

*A adjudicação proposta não vem dar resposta às necessidades de estacionamento e de mobilidade da cidade, levantando muitas dúvidas sobre o impacto que terá na economia local em alguns pontos da cidade, além de vir castigar, ainda mais severamente, os setubalenses com um aumento dos preços para valores abusivos e exagerados pelo uso do transporte individual, sendo, assim, encarado, apenas e só uma forma da CMS arrecadar mais dinheiro e aumentar a receita da autarquia, a todo o custo, nomeadamente à conta da sobrecarga sobre a classe média já de si bastante fustigada por uma política fiscal municipal, em comparação com outros municípios.*

*Pelas razões enunciadas, os vereadores do Partido Socialista votam contra a proposta apresentada.”*

**5. Deliberação n.º 30/21 – Proposta n.º 07/2021 – DAF/DICONT – 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 1.ª ao Orçamento da Despesa e 1.ª ao Plano de Atividade Municipal e 1.ª ao Plano Plurianual de Investimento - Ratificação do Despacho n.º 15/2021**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 20 a 26, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, da CDU, 1 voto contra, do PSD, e 3 abstenções, do PS.

**6. Deliberação n.º 57/21 – Proposta n.º 8/2021 – DAF – Covid 19 – Moratória dos Empréstimos**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 27 e 28, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**7. Deliberação n.º 31/21 – Proposta n.º 05/2021 – DCIRT/DITUR/GAPE – Protocolo de cooperação a celebrar entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Associação Tempos Brilhantes no âmbito do desenvolvimento projetos de inovação social**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 29 e 30, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**8. Deliberação n.º 32/21 – Proposta n.º 01/2021 – DURB/DIMOT – Suspensão dos Serviços de Estacionamento Tarifado na cidade de Setúbal – Ratificação**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 31 e 32, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**9. Deliberação n.º 33/21 – Proposta n.º 02/2021 – DURB/GAPRU – Alteração à delimitação da Área de Reabilitação Urbana Setúbal**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 33 a 35, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**10. Deliberação n.º 34/21 – Proposta n.º 03/2021 – DURB/GAPRU – Alteração à delimitação da Área de Reabilitação Urbana Azelão**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 36 a 38, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**11. Deliberação n.º 56/21 – Proposta n.º 04/2021 – DRH/DIGAT – Processo disciplinar n.º 10/2020 – DRH/DIGAT/GC/SS – Contra Armando Miguel Gonçalves Figueiredo dos Santos**

O Senhor Vice-Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob o registo n.ºs 39.

Intervenção inaudível.



4

**Sra. Presidente** – Disse que poderia não fazer sentido para o senhor Vereador, mas para eles fazia.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Questionou se o senhor Vereador fazia comentários para não ficarem gravados em ata. Se o senhor Vereador tivesse alguma questão a colocar devia assumi-la. Estava ali um nível de intervenção e de respeito pelo órgão em que se encontravam que não era na base “das bocas que se mandavam”. Tinha achado inadmissível aquele comportamento.

**Sra. Presidente** – Disse que era um voto secreto, por essa razão não devia haver comentários daqueles.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que na última reunião de câmara, em que tinham sido levantadas questões relativamente àquele processo disciplinar, tinha sido dito ali, que noutras câmaras municipais, era possível discutir os processos disciplinares, sem entrar em pormenor. Na Câmara Municipal de Setúbal, nunca tinha sido esse o entendimento. Deu o exemplo da Câmara de Alcácer do Sal, os processos disciplinares eram discutidos, na sua opinião até iam além daquilo que deveria ser permitido.

O senhor Vereador Manuel Pisco, na última reunião tinha dito que sim, que sem entrar em pormenores seria possível discutirem os processos disciplinares.

Aquilo que dizia era para ficar registado: *“É que na nossa opinião, sem entrar em pormenores este processo disciplinar não faz qualquer tipo de sentido e bastava ler. Pronto era só isso, ficou em ata”*.

**Sra. Presidente** – Disse que tinha ficado dito qual seria a intenção de voto do senhor vereador, não sabia para que era o voto secreto. Tinha ficado declarada a intenção de voto.

**Sr. Vice-Presidente** – Disse que o processo disciplinar era secreto até à acusação, depois os acusados, ou os defensores dos acusados podiam fazer dele a divulgação que entendessem. Para o órgão competente, para a decisão, era evidente que a discussão era possível, mas com reserva suficiente para manter o segredo do voto intacto. A discussão mais aprofundada até se podia fazer, em reunião estritamente privada da câmara, sem público, sem assistência, em que todos os membros da câmara tinham acesso à mesma informação, tinham acesso ao processo, só entre eles, em reunião privada, estritamente privada se podia-se fazer outra discussão. Estava percebido quem votava a favor e contra.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, por escrutínio secreto, tendo a mesma sido aprovada por maioria e em minuta, com 7 votos a favor (“SIM”) e 4 votos contra (“NÃO”)

## **12. Deliberação n.º 35/21 – Proposta n.º 01/2021 – GAF – Aditamento à proposta 2A/GAF/2017 – Contrato Interadministrativo entre o Município de Setúbal e a Freguesia de Azeitão**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob o registo n.º 40, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



**13. Deliberação n.º 36/21 – Proposta n.º 02/2021 – DOM/DIHAB/SEGAH – Venda de habitação pública municipal, Bairro da Bela Vista – Rua do Moinho, 11 – C61**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 41 e 42.

**Sra. Presidente** – Disse que, em 1994, tinha havido uma proposta da câmara para alienar aqueles fogos e para aquelas tipologias o valor em contos, naquele caso seria de mil e oitocentos contos, fazendo a conversão da moeda, dava aquele valor oito mil novecentos e setenta e oito euros e trinta e seis cêntimos.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**14. Deliberação n.º 37/21 – Proposta n.º 03/2021 – DOM/DIHAB/SEGAH – Venda de habitação pública municipal, Bairro da Bela Vista – Rua do Antigo Olival, 5 – D31**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 43 e 44, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**15. Deliberação n.º 38/21 – Proposta n.º 11/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e o Coral Infantil de Setúbal**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 45 e 46, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu as propostas a votação, tendo as mesmas sido aprovadas, por unanimidade e em minuta.

**16. Deliberação n.º 39/21 – Proposta n.º 12/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a 50 Cuts – Associação Cinematográfica**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 47 e 48, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



**17. Deliberação n.º 40/21 – Proposta n.º 13/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Academia de Dança Contemporânea de Setúbal**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 49 e 50, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**18. Deliberação n.º 41/21 – Proposta n.º 14/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e Disrupção – Associação Cultural**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 51 e 52, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**19. Deliberação n.º 42/21 – Proposta n.º 15/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Cultural Casa Invisível**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 53 e 54.

**Sr. Vereador Fernando Monteiro** – Intervenção inaudível.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**Sra. Presidente** – Disse que aquela proposta tinha sido aprovada por unanimidade, sobre a possibilidade de uma retificação. O que o senhor Vereador Fernando Monteiro tinha dito era que em relação àquela proposta, num lado estavam doze meses e noutro lado nove meses, poderia ser um erro que tinha de ser retificado.

**20. Deliberação n.º 43/21 – Proposta n.º 16/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração com a Associação Cultural Festroia no âmbito do Film Fest – Festival de Cinema Musicado ao Vivo**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 55 e 56, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**21. Deliberação n.º 44/21 – Proposta n.º 17/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Cooperação: Associação Cultural TOMA – Teatro Oficina Multi Artes**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 57 e 58, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**22. Deliberação n.º 45/21 – Proposta n.º 18/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a ZDB**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 59 e 60, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**23. Deliberação n.º 46/21 – Proposta n.º 19/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolos de colaboração – Academia de Música e Belas-Artes Luísa Todi, Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 61 e 62, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**24. Deliberação n.º 47/21 – Proposta n.º 20/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e as Bandas Filarmónicas: Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense; Sociedade Filarmónica Providência e Sociedade Musical Capricho Setubalense**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 63 e 64, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**25. Deliberação n.º 48/21 – Proposta n.º 21/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Cultural do Conservatório Regional de Setúbal, Coral Luísa Todi**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 65 e 66, não tendo havido discussão sobre a mesma.

4

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**26. Deliberação n.º 49/21 – Proposta n.º 22/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolos de Colaboração entre o Município de Setúbal e os Grupos Corais Alentejanos “Os Amigos do independente” e “Os Amigos dos Sadinós”**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 67 e 68, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**27. Deliberação n.º 50/21 – Proposta n.º 23/2021 – DCDJ/DICUL – Apoio Financeiro ACTAS – KIT Fábrica dos Sonhos**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 69 e 70, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**28. Deliberação n.º 51/21 – Proposta n.º 01/2021 – DES/GABS – Aceitação de doações – Natal Solidário 2020**

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob o registo n.º 71, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**29. Deliberação n.º 52/21 – Proposta n.º 02/2021 – DES/DIAPE – Apoio Financeiro aos Agrupamentos de Escolas para Aquisição de Material de Desgaste referente ao ano 2020/2021**

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob o registo n.º 72, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



**30. Deliberação n.º 53/21 – Proposta n.º 03/2021 – DES/DIAPE – Apoio Financeiro aos Agrupamentos de Escolas, no âmbito da Ação Social Escolar – Visitas de Estudo, para o ano 2020/2021**

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob o registo n.º 73.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Disse que podia parecer estranho naquele ano manterem a proposta de apoio a visitas de estudo para o ano 2020/2021, mas no entendimento que tinham feito, no contexto atual, os agrupamentos tinham possibilidade de realizar visitas de estudo de formas criativas e dessa forma não tinham querido limitar a possibilidade desse apoio para os estudantes do escalão 1 e 2 do abono de família, no valor de vinte e três mil e setenta e cinco euros.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**31. Deliberação n.º 54/21 – Proposta n.º 04/2021 – DES/DIAPE – Apoio Financeiro aos Agrupamentos de Escolas do Concelho para despesas de funcionamento – Manutenção e Reparação de Equipamentos de Cozinha, referente ao ano 2020/2021**

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob o registo n.º 74, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**32. Deliberação n.º 55/21 – Proposta n.º 05/2021 – DES/DIAPE – Apoio Financeiro no âmbito da Ação Social Escolar (Refeições, Atividades de Animação e de Apoio à Família) no ano letivo 2020/2021**

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 75 e 76, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

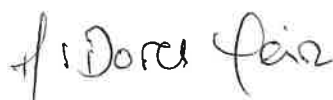
Não houve período destinado à intervenção do público, uma vez que, em respeito pelas várias recomendações e orientações emitidas pela Direção-Geral de Saúde sobre a eventual propagação do COVID-19, a reunião realizou-se à porta fechada, sem a presença de público.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezoito horas e quarenta e oito minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

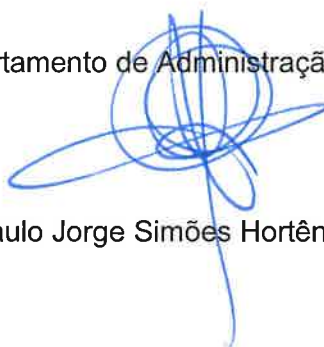
A Presidente da Câmara,



Maria da Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata, que foi aprovada em reunião de Câmara de 03 de março de 2021, por unanimidade, contém 31 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:  
Carlos Mendes, Aldora Poeira e Helena Rosa

Conferida por:  
Ana Paula Lico

Revista por:  
Paulo Hortênsio